

## TRAMA GOLPISTA

## Suspeita de coação a Mourão antes de oitiva

Moraes determina que o ex-vice-presidente esclareça à Polícia Federal se sofreu pressão de Bolsonaro para ajustar sua versão antes de depoimento ao Supremo

» LUANA PATRIOLINO

A Polícia Federal deve ouvir, em até 15 dias, o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) sobre a ligação que ele recebeu do ex-presidente Jair Bolsonaro antes de depor ao Supremo Tribunal Federal (STF) no processo que apura a tentativa de golpe de Estado após as eleições presidenciais de 2022. A determinação é do ministro Alexandre de Moraes, atendendo a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Em parecer encaminhado ao STF, a PGR disse haver indícios de que Mourão pode ter sido orientado e influenciado por Bolsonaro antes de seu depoimento no tribunal. A conversa teria acontecido antes da oitiva do senador, ocorrida em 23 de maio.

Caso seja comprovada a orientação do ex-presidente, pode ser caracterizada a tentativa de constrangimento, intimidação ou coação de testemunha. “A notícia traz à tona a possibilidade de que a testemunha tenha sido submetida a constrangimento, intimidação ou qualquer forma de coação em relação ao teor de seu depoimento, sugerindo que o testemunho foi influenciado indevidamente por pressão exercida por um dos réus da ação penal”, afirmou a PGR no documento.

No STF, Mourão disse que não sabia das reuniões de Bolsonaro com os comandantes das Forças Armadas após a derrota nas eleições de 2022, apesar de sua proximidade com o ex-chefe do Planalto. Ele sustentou nunca ter participado de reuniões em que tenha sido tratada alguma minuta com proposta golpista.

“Em todas essas oportunidades em que eu me encontrei com o presidente (Bolsonaro, após o segundo turno), em nenhum momento ele me mencionou qualquer medida que pudesse representar qualquer ruptura com o status quo”, disse o senador em audiência.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Ao ser ouvido na semana passada, Mourão negou ter tomado conhecimento de qualquer reunião golpista

## Testemunha

O senador Hamilton Mourão foi ouvido no STF como testemunha de defesa de Bolsonaro e dos ex-ministros Augusto Heleno (GS), Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira (Defesa) e Walter Braga Netto (Casa Civil).

Mourão ressaltou que Bolsonaro estava “abatido” depois da derrota nas urnas, mas que não citou qualquer intenção de romper com a ordem democrática. “Imediatamente na noite em que nós perdemos a eleição, eu tentei conversar com o presidente, mas naquele momento ele estava abatido pela derrota eleitoral, como todos nós ficamos”, contou. “E, no dia seguinte, naquela segunda-feira, nós estivemos reunidos lá no Palácio do Planalto

avaliando as causas daquela derrota, uma vez que julgávamos que tínhamos condições de ter vencido aquela eleição”, destacou.

## Vídeos liberados

Moraes retirou, ontem, o sigilo das gravações dos depoimentos das 52 testemunhas de defesa e de acusação dos réus do núcleo 1 da trama golpista. O grupo é apontado como o central para a organização do plano criminoso e inclui Bolsonaro e a cúpula de seu governo.

Os depoimentos começaram em 19 de maio e foram encerrados na segunda-feira. Apesar de profissionais da imprensa acompanharem presencialmente as audiências das testemunhas, a gravação de áudio e imagem das declarações foi proibida pela Suprema Corte para evitar que os envolvidos pudessem combinar versões apresentadas.

A denúncia da PGR acatada pelo STF destaca um plano de assassinato contra autoridades e o apoio aos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 como a última cartada do grupo criminoso.

Os vídeos liberados ontem mostram os principais depoimentos das testemunhas de acusação, que confirmaram que Bolsonaro apresentou argumentos e supostos estudos jurídicos que pudessem embasar a decretação de um estado de sítio e de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no país.

Nesta semana, Moraes também marcou, para 9 de junho, o interrogatório dos oito réus do núcleo 1. Eles serão interrogados presencialmente na sala de julgamentos da Primeira Turma da Corte. O primeiro a depor será o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência da República. Em seguida, os demais, por ordem alfabética, incluindo Bolsonaro.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

## Missão de Eduardo e Zambelli nos EUA é acirrar tensões do STF com Trump

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu a prisão preventiva e a inclusão na lista da Interpol da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP). Condenada a 10 anos de prisão, por invadir a rede de internet do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a parlamentar deixou o Brasil e anunciou que está nos Estados Unidos, mas deve se deslocar para a Europa. Soma-se ao deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que se licenciou do cargo e se exilou nos Estados Unidos, onde atua fortemente contra o governo Lula e, principalmente, contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo a PGR, no caso de Carla Zambelli, “não se trata de antecipação do cumprimento da pena aplicada à ré, mas de imposição de prisão cautelar, de natureza distinta da prisão definitiva, com o fim de assegurar a devida aplicação da lei penal”. O nome de parlamentar poderá ser incluído na lista de difusão vermelha da Interpol. A opção de trocar os Estados Unidos pela Itália, caso não consiga proteção do governo norte-americano, decorre de ter dupla nacionalidade, ou seja, passaporte italiano. A primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, é expoente da direita europeia.

O deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) está nos Estados Unidos desde março. Na segunda-feira, desafiou o ministro Alexandre Moraes a pedir informações oficiais sobre sua atuação ao governo norte-americano. “Está tudo na minha rede social, pois não faço nada de ilegal”, escreveu o parlamentar no X (antigo Twitter). “Visitar deputado americano é crime? Perguntar a um secretário de Estado numa audiência da Câmara é ilegal? Ir ao MRE dos EUA (State Department) é um delito?” Há um inquérito aberto na PGR, a pedido do líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), para investigar a atuação do filho do ex-presidente Jair Bolsonaro nos EUA.

Ontem, sem citar seu nome, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu mais repercussão à atuação de Eduardo Bolsonaro: “Lamentável é que um deputado brasileiro, filho do ex-presidente, está lá a convocar os Estados Unidos para se meter na política interna do Brasil. É isso que é grave. É isso que é uma prática terrorista. É isso que é uma prática antipatriótica. Um cidadão que é deputado, renuncia ao seu mandato, pede licença do seu mandato, para ir ficar tentando lambeir as botas do Trump e de assessor do Trump, pedindo intervenção na política brasileira”.

## Antiga estratégia

Fomentar os conflitos entre um governo brasileiro e os Estados Unidos não é novidade na política brasileira. Essa foi a estratégia adotada na preparação do golpe militar de 1964. Carlos Lacerda, então governador da Guanabara (1960-1965), teve intensa relação com a Casa Branca no período que antecedeu o golpe militar de 1964. Embora não tenha sido o principal articulador do golpe, foi um dos líderes civis da oposição ao governo João Goulart em sintonia com interesses norte-americanos no Brasil.

Conservador e anticomunista, Lacerda via o governo de João Goulart como uma ameaça à democracia e ao capitalismo. Essa posição o aproximava do discurso da Guerra Fria promovido pelos Estados Unidos, que apoiavam governos e forças que combatessem a expansão do comunismo e a influência da antiga União Soviética (URSS) na América Latina.

Cabeça da articulação civil que visava derrubar Goulart, junto com os governadores de Minas, Magalhães Pinto, e de São Paulo, Adhemar de Barros, Lacerda mantinha estreita relação com o embaixador Lincoln Gordon, que apoiava a deflagração de movimento militar caso Jango insistisse nas reformas de base e flertasse com a esquerda.

Não esteve diretamente envolvido na Operação Brother Sam (apoio logístico e militar dos EUA às forças golpistas brasileiras), porém o discurso e a posição pró-Otan de Lacerda foram fatores que ajudaram a construir o ambiente favorável à intervenção. Documentos dos EUA mostram que o político carioca era um interlocutor confiável para o Departamento de Estado.

Entretanto, a relação decisiva para a Casa Branca foi com a cúpula do Exército. Desde os anos 1950, muitos oficiais das Forças Armadas brasileiras foram treinados pelos Estados Unidos, na Escola das Américas (Panamá), nos programas do Pentágono, nos cursos de contrainsurgência e guerra psicológica com base na Doutrina de Segurança Nacional. O marechal Castello Branco e os generais Mourão Filho, Golbery do Couto e Silva e Emílio Médici foram peças-chave no golpe.

A embaixada norte-americana no Brasil, sob o comando do embaixador Lincoln Gordon, e o adido militar general Vernon Walters mantinham contato direto com generais brasileiros. Walters, fluente em português, era amigo de Castello Branco, então chefe do Estado-Maior do Exército, desde a tomada de Monte Castelo, na Itália, na Segunda Guerra Mundial, pelas tropas da Força Expedicionária Brasileira (FEB). O Exército brasileiro era visto como “confiável” pelos EUA, especialmente contra uma possível “deriva comunista”.

Apesar de apoiar o golpe, Lacerda rompeu com o regime militar, especialmente após perceber que não teria chance de disputar a Presidência (seu objetivo era ser candidato em 1965). Em 1966, após as eleições serem suspensas, fundou a Frente Ampla com Juscelino Kubitschek, que também apoiou o golpe, e João Goulart, o presidente destituído, em oposição ao regime que ajudara a instalar.

## Dino ignora ameaças dos EUA

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que eventuais sanções dos EUA contra magistrados da Corte não são uma preocupação. “Ninguém vai deixar de julgar o que tem de julgar por conta de ameaças.”

Ele declarou ainda que a “sanção principal” que os ministros sofrem é a pressão psicológica sobre eles e suas famílias. “Eu tenho dois filhos pequenos, eles já assistiram a eu ser xingado de todos os palavrões”, relatou Dino, em evento da revista *Piauí*, em Brasília, ontem.

A declaração do ministro ocorre após o Bureau of Western Hemisphere Affairs (WHA), órgão do governo de Donald Trump que trata de relações políticas com países ocidentais, ter feito uma publicação em português no X (antigo Twitter), na semana passada, na qual afirma que “nenhum inimigo da liberdade de expressão dos americanos será perdoado”.

Em outra frente, existe uma tentativa de enquadrar o ministro Alexandre de Moraes na Lei Global Magnitsky, dispositivo utilizado para punir infrações contra os direitos humanos.

Gustavo Moreno/SCO/STF



Dino: “Ninguém vai deixar de julgar por conta de ameaças”



Cuidando de perto para cuidar melhor.

GDF NAS RUAS

GDF